

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E INTERIOR

REQUERIMENTO Nº /2003

Requer a realização de um seminário na segunda quinzena de junho de 2003, sobre “Financiamento Público na área de Habitação para os Municípios e Cooperativas Habitacionais”

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais, requero à Vossa Excelência, que seja realizada reunião de seminário para tratar sobre o financiamento público para os municípios para habitação e cooperativas habitacionais, com a presença de diversos setores envolvidos. Neste sentido, solicito que os convite sejam encaminhados através desta Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior para o Presidente da Confederação Nacional de Prefeitos, Sr. Paulo Zulkoski, Presidentes das Câmaras Municipais, a Central Gaúcha das Cooperativas Habitacionais, O Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a União Nacional de Luta pela Moradia, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, um representante da área de financiamento aos municípios da Caixa Econômica Federal, o Secretário Adjunto do Tesouro Nacional, Luiz Tacca Júnior, o Presidente da Associação Brasileira de Cohab's, um representante na área de financiamento do BNDS, o Dr. Jorge Hereda, Secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades e o Sr. André Luiz de Souza, representante da CUT, no Conselho Curador.

JUSTIFICATIVA

Estamos acompanhando atentamente o debate sobre a questão habitacional no país. O governo Lula demonstrou seriedade colocando a problemática habitacional no devido patamar de importância das outras políticas públicas, quando criou um importante instrumento gestor, o Ministério das Cidades.

Este tema tão importante para a população, tem um diagnóstico não muito favorável para soluções imediatas. Se partirmos da constatação que hoje existem 6 milhões de famílias sem casas e que 85% dessas famílias encontra-se na faixa de até 5 salários mínimos, veremos que os mecanismos hoje existentes não serão eficazes, e com certeza avançaremos muito pouco nas soluções, embora haja uma grande vontade política.

Com o advento ao poder, da idéia neoliberal, a quase uma década atrás, onde o papel do estado foi diminuindo, a partir dos PDV's e das privatizações, a recuperação de um estado público não será tarefa de alguns dias ou meses.

Portanto, devemos imediatamente avançar no debate e nas mudanças estruturais e jurídicas, para que possamos alterar esta visão, e com isso construir um estado público, democrático e responsável, capaz de exercer seu papel frente a sociedade.

Com a responsabilidade de enfrentar este déficit habitacional, se torna cada vez mais necessário avançar na construção de novos agentes sociais e políticos, para obtermos resultados mais imediatos e de qualidade. Todos os entes públicos, estados e municípios, devem ser responsáveis pelas ações sociais, na área da habitação popular.

Neste sentido, com a preocupação de que as ações possam ser cada vez mais qualificadas e próximas da população demandante, estamos propondo para que esta Comissão organize um Seminário Nacional de duração de um dia para aprofundarmos o debate em dois temas fundamentais para o desenvolvimento urbano.

No ano de 2002, os lucros do FGTS, com as aplicações financeira, de seu capital, que são necessárias, renderão, segundo informações da CEF, aproximadamente 5 bilhões de reais, e em contrapartida as aplicações feitas em moradia pela mesma instituição foram, não mais do que 3 bilhões de reais. Esta constatação técnica pôr si só, já nos daria inúmeros elementos para propormos este seminário.

O primeiro tema é a discussão de financiamento público para agentes públicos, neste caso para os município e os Estado. Não é mais permitido que as Prefeituras Municipais que possui condições de buscar recursos através de financiamentos, não o possa fazer pôr razões de contingenciamento ou do endividamento público. Estes argumento fazem parte do passado.

O segundo tema, é travar um debate sobre financiamento, subsídio e repasse de recursos do orçamento da união para as cooperativas habitacionais, para a população associada, que percebe até cinco salários mínimos. Não podemos admitir que esta modalidade não opera em função de experiências desastrosas no passado, pois, com critério e fiscalização clara para a sociedade é possível.

Este Requerimento tem apoio da Deputado Federal Francisca Trindade (PT/PI).

Sala das sessões, junho de 2003.

Deputado Federal Ary Vanazzi (PT/RS)